

CURSO PRESENCIAL: CURSO: IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: TEORIA, PRÁTICA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

Atualizado com a Lei nº 14.133/2021, Emenda Constitucional nº 132/2023 e Regulamentada, em sua primeira etapa, pela Lei Complementar nº 214/2025, com a instituição da CBS, do IBS e do Imposto Seletivo e a transição gradual do atual sistema tributário.

OBJETIVOS:

Ao final da capacitação, espera-se que os participantes estejam aptos a identificar os principais reflexos da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da Lei Complementar nº 214/2025 sobre os contratos administrativos e a adotar procedimentos adequados para análise, instrução e tratamento dos impactos tributários durante a execução contratual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final do curso, espera-se que o participante esteja apto a:

1. Desenvolver uma visão sistêmica da execução contratual, compreendendo a gestão e a fiscalização como instrumentos essenciais para assegurar o cumprimento das obrigações, a obtenção dos resultados pretendidos e a proteção do interesse público.
2. Atuar com maior segurança no exercício das funções de gestor e fiscal, reconhecendo os limites de suas atribuições, os deveres inerentes à função e as situações que exigem encaminhamento às demais áreas competentes.
3. Estruturar rotinas eficientes de acompanhamento dos contratos, utilizando registros, relatórios, controles, evidências e mecanismos de gestão de riscos capazes de subsidiar decisões administrativas e fortalecer a governança contratual.
4. Reconhecer e tratar adequadamente as principais ocorrências da execução contratual, incluindo falhas de execução, alterações, prorrogações, recebimento do objeto, medição, pagamento, sanções e extinção do contrato.
5. Identificar corretamente os mecanismos de preservação da equação econômico-financeira, distinguindo as situações que envolvem reajuste, repactuação e revisão contratual e seus respectivos pressupostos.
6. Compreender as mudanças introduzidas pelo novo sistema de tributação sobre o consumo sob a perspectiva da execução dos contratos públicos, identificando os pontos que demandarão maior atenção dos gestores, fiscais e demais agentes envolvidos.
7. Avaliar criticamente os efeitos das mudanças tributárias sobre os custos contratuais, evitando conclusões baseadas exclusivamente na comparação nominal de alíquotas e considerando a efetiva repercussão econômica sobre cada contratação.
8. Reconhecer os contratos mais suscetíveis aos efeitos da transição tributária, considerando as particularidades dos serviços, das contratações com dedicação exclusiva de mão de obra, das obras e serviços de engenharia, dos fornecimentos e dos contratos de longa duração.
9. Analisar situações que possam produzir desequilíbrio econômico-financeiro em decorrência de alterações tributárias, considerando que seus efeitos poderão resultar tanto em aumento quanto em redução dos custos efetivamente suportados na execução contratual.
10. Aprimorar a instrução dos processos relacionados aos impactos da Reforma Tributária, identificando os documentos, demonstrações, planilhas, memórias de cálculo e manifestações técnicas necessárias para subsidiar decisões administrativas consistentes.
11. Preparar a gestão contratual para o período de transição entre os regimes tributários, incorporando mecanismos de monitoramento, prevenção e tratamento de riscos que possam afetar contratos vigentes e futuras contratações.
12. Fortalecer a segurança das decisões administrativas e a atuação preventiva dos agentes públicos, mediante boas práticas de governança, adequada documentação dos atos e observância das orientações dos órgãos de controle.

APRESENTAÇÃO:

A gestão e a Fiscalização dos Contratos Administrativos assumiram papel estratégico no regime instituído pela **Lei nº 14.133/2021**. A atuação eficiente dos agentes responsáveis pela execução contratual exige não apenas o domínio das atribuições do gestor e dos fiscais, mas também capacidade para identificar riscos, acompanhar a execução, registrar ocorrências, instruir procedimentos, controlar alterações contratuais e preservar o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

Esse cenário ganha nova dimensão com a Reforma Tributária sobre o consumo, inaugurada pela **Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada, em sua primeira etapa, pela Lei Complementar nº 214/2025, com a instituição da CBS, do IBS e do Imposto Seletivo e a transição gradual do atual sistema tributário.**

Nos contratos administrativos, os efeitos da Reforma Tributária ultrapassam a esfera fiscal e contábil. As mudanças podem repercutir na formação dos preços, nas planilhas de custos, na execução contratual, nas medições, nos pagamentos, na matriz de riscos e na análise de pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Nesse contexto, gestores e fiscais precisarão compreender não apenas o que muda no sistema tributário, mas principalmente como identificar, documentar e encaminhar seus efeitos concretos durante a execução dos contratos administrativos.

O curso propõe, portanto, uma abordagem integrada entre gestão e fiscalização contratual e os impactos práticos da Reforma Tributária, preparando os participantes para os desafios da execução dos contratos durante o período de transição do novo sistema tributário.

A estrutura segue a lógica do documento de referência, que trabalha a Reforma Tributária não como tema tributário abstrato, mas a partir de suas repercussões concretas na precificação, fiscalização, execução e equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.

QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?

O curso é destinado a profissionais que atuam direta ou indiretamente na execução, acompanhamento, controle e assessoramento das contratações públicas, especialmente:

- Gestores e fiscais de contratos administrativos;
- Servidores dos setores de licitações e contratos;
- Agentes de contratação e membros de equipes de apoio;
- Membros de comissões de contratação;
- Servidores das áreas requisitantes e técnicas;
- Assessores e consultores jurídicos;
- Procuradores públicos;
- Controladores internos e auditores;
- Ordenadores de despesas;
- Servidores das áreas de orçamento, finanças, contabilidade e pagamento;
- Profissionais responsáveis pela instrução de alterações, prorrogações, reajustes, repactuações e revisões contratuais;
- Demais profissionais que atuem direta ou indiretamente na execução dos contratos administrativos.

QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?

I – MÓDULO I – REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

• Fundamentos constitucionais dos contratos administrativos. • Regime jurídico dos contratos administrativos na Lei nº 14.133/2021. • Princípios aplicáveis à contratação pública. • Equação econômico-financeira dos contratos administrativos. • Distinção entre reajustamento, repactuação, revisão e recomposição contratual. • Álea ordinária e extraordinária. • Teoria da imprevisão e fato do príncipe. • Matriz de riscos contratual. • Distribuição de riscos e impactos tributários. • Jurisprudência dos Tribunais de Contas e dos Tribunais Superiores sobre reequilíbrio contratual.

II – MÓDULO II – FUNDAMENTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA E SEUS IMPACTOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

• Panorama da Reforma Tributária sobre o consumo. • Principais alterações constitucionais. • Estrutura e funcionamento do IBS, CBS e Imposto Seletivo. • Extinção gradual de tributos atuais e regime de transição. • Não cumulatividade plena e sistema de créditos. • Alterações na composição dos custos empresariais. • Impactos setoriais da Reforma Tributária. • Reflexos da reforma na formação dos preços ofertados em licitações. • Precificação contratual e composição dos encargos tributários. • Desafios para a Administração Pública e para os contratados. Oficina Prática • Simulações de composição de preços antes e depois da Reforma Tributária. • Estudos comparativos entre regimes tributários.

III – MÓDULO III – REFORMA TRIBUTÁRIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

• A Reforma Tributária como fato gerador de desequilíbrio contratual. • Alterações legislativas e seus reflexos contratuais. • Critérios jurídicos para reconhecimento do direito ao reequilíbrio. • Limites objetivos e subjetivos da recomposição. • Contratos de prestação de serviços, obras, fornecimentos e concessões. • Contratos celebrados antes e após a implementação da reforma. • Distribuição dos riscos tributários na matriz de riscos. • Aspectos probatórios e instrução processual dos pedidos. • Atuação da fiscalização, da assessoria jurídica e do controle interno. • Jurisprudência, precedentes e tendências interpretativas. Oficina Prática • Elaboração de parecer técnico para pedido de reequilíbrio econômico-financeiro. • Construção de memória de cálculo do impacto tributário. • Análise de estudos de caso envolvendo contratos administrativos vigentes. • Simulação de instrução processual administrativa. • Elaboração de minuta de decisão administrativa sobre pedido de recomposição. • Debate de casos concretos e resolução colaborativa de problemas.

IV – METODOLOGIA

• Aulas expositivas dialogadas. • Análise legislativa e jurisprudencial. • Estudos de caso. • Oficinas práticas. • Simulações de processos administrativos. • Elaboração de documentos técnicos.

QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



Leandro Matsumota - Advogado com escritório em Santos/SP e Brasília/DF; - Doutorando em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP); - Especialista e Mestre; - Ex-Advogado-Geral do Município de Guarujá/SP; - Professor Universitário desde 2005; - Professor em Pós-graduação no Damásio, IDP, EBRADI e Escola Mineira de Direito; - Professor convidado pela Universidade de Lisboa; - Autor do Livro Manual de Direito Administrativo, Ed. Matrioska; - Coautor do Livro Desvendando o Estudo Técnico Preliminar (ETP), Ed. Mizuno

MODALIDADE PRESENCIAL:

Salvador/BA - 20 Horas - Horário: 1º e 2º dia: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h e 3º dia: 8h30 às 12h30 - 25/11/2026 a 27/11/2026

ESTE CURSO INCLUI:

- Mochila
- Apostila Impressa
- Coffee Break
- Certificado de Conclusão

VALOR DO INVESTIMENTO:

- Preço Individual: R\$ 3.890,00
- Três participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 3.850,00
- Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 3.800,00

FORMAS DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser realizado das seguintes formas:

- Empenho
- Ordem de Serviço/Autorização
- Depósito em Conta

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO

IOC Capacitação LTDA

- CNPJ: 10.825.457/0001-99
- Inscrição Estadual: 07.520.699/001-64
- Banco: Bradesco
- Agência: 0606
- Conta: 569906-1

MAIS INFORMAÇÕES:

Telefone 1: (61) 3224-0785 Telefone 2: (61) 3223-8360 Telefone 3: (61) 3032-9030

E-mail 1: inscricao@onecursos.com.br

E-mail 2: onecursos@gmail.com

E-mail 3: inscricao@onecursos.com.br